



## EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE-TRENSURB

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410) ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB CNPJ (MF) 90.976.853/0001-56

Av. Ernesto Neugebauer, 195 – Humaitá, Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Prezados Senhores,

#### 1. Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **TRENSURB**, é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 — Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board — IASB*, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### 2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



#### 3. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias levantadas em 30 de setembro de 2023 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 — Demonstração Intermediária) e com a norma internacional *IAS 34* aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 4. Ênfases

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. Na sua defesa, a TRENSURB entende que uma investigação interna de fatos pretéritos tão antigos, não seria ela capaz de obter resultado melhor que CGU, TCU, PF, MPF e LAVA-JATO, tão melhor aparelhados que a TRENSURB para fazê-lo. Verificamos que na Ata de reunião nº 548 do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de julho de 2022, constam relatadas duas adesões de ente lesado pela TRENSURB, ambas em razão de Acordos de Leniência da CGU: um da CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ e o outro do GRUPO ODEBRECHT (ATUAL NOVONOR), ambos aprovados pelo Conselho de Administração para que fossem assinados pela Companhia e que, em tais adesões previa-se recebimento de valores e de informações, dada a sua condição de ente lesado, e que a contrapartida seria tão somente as observâncias pela Empresa, das cláusulas de sigilo e de publicidade. Ainda assim, conforme previsto no item 35 da CTA-30, solicitamos a Governança uma Carta de Representação confirmando que os responsáveis pela governança, de acordo com o seu conhecimento, estão sendo informados adequadamente sobre tal assunto e que não seria necessária investigação adicional, além dos procedimentos efetuados pelos agentes públicos retromencionados.

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que até a data de conclusão deste relatório, a Companhia ainda não havia completado o processo de contratação visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 | NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos", para os ativos registrados em 30 de setembro de 2023. Desta forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável.

#### 5. Outros assuntos

#### 5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da **TRENSURB**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que



não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

## 5.2. Demonstrações contábeis intermediárias comparativas auditadas e revisadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório com modificações.

Recife/PE, 16 de janeiro de 2024.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

involeteers. Gonçalves de Medeiros Pereira

> Contador - CRC/PE 010483/O-9 Sócio Sênior - CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/0-2

**CNAI 4747** 

uino Pereira

Contador CRC/PE 021100/O-8



## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em Reais)

	ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/09/2023	31/12/2022		NOTA	30/09/2022	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.622.395	126.442.520	Fornecedores	14	15.530.109	6.478.284
Créditos a receber	5	2.450.123	2.171.925	Impostos e taxas a recolher	• •	3.036.909	268.456
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	10.746.716	5.275.003	Contribuições sociais a recolher		3.493.647	3.723.113
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	5.537.474	2.963.351	Obrigações trabalhistas	15	26.242.561	18.565.127
Direitos a receber	8	184.026	169.706	Adiantamento de Clientes	16	1.994.832	1.801.390
Impostos a recuperar	Ü	113.182	2.876	Credores por convênios	17	1.193.895	725.690
Estoques	9	18.355.608	16.378.099	Credores por depósitos		65.855	65.855
Despesas do exercício seguinte	•	417.090	190.857	Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	379.061	477.513
Despesse de exercicio degunito	_	194.426.615	153.594.337	Trans de Frevidencia Equacionamente		51.936.870	32.105.427
				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
				Provisão para contingências trabalhistas	18a	100.147.480	96.547.870
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Provisão para contingências cíveis	18b	6.665.315	21.471.164
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	14.248.578	15.098.207
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	20a	-	
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	10	52.301.214	54.935.082	Obrigações Trabalhistas	15	_	
Débitos de empregados	7	125.128	148.349	Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	3.516.572	3.824.191
Penhora s/ receita própria	11	55.231	846.407			124,577,945	136.941.432
	-	52.482.249	55.930.513		_		
	_			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
				Capital social	19a	2.059.666.941	2.059.666.941
				Adiantamentos para aumento de capital	20a	24.059.724	23.459.815
				Ajuste avaliação patrimonial	12b	27.658.773	29.308.056
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Prejuízos acumulados	19b	(870.348.478)	(865.310.312
Imobilizado	12	1.168.663.207	1.204.391.322		_	1.241.036.961	1.247.124.501
Intangível	13	1.957.009	2.232.493		_		
	_	1.170.642.912	1.206.646.510				
	_	1.223.125.161	1.262.577.023				
TOTAL DO ATIVO		1.417.551.776	1.416.171.361	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO L	(QUIDO	1.417.551.776	1.416.171.361



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCICIO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/01/2023 à 30/09/2023	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022
RECEITA LÍQUIDA Custo dos serviços prestados	21 <b>22</b>	<b>98.096.419</b> (198.662.068)	<b>34.100.140</b> (66.073.584)	<b>99.668.563</b> (197.989.739)	<b>36.286.251</b> (70.951.998)
PREJUIZO BRUTO Despesas operacionais		(100.565.649)	(31.973.444)	(98.321.176)	(34.665.747)
Despesas gerais e administrativas Outras receitas e despesas	23	(63.099.073) (25.755.066)	(21.132.348) 938.284	(62.646.076) (26.981.676)	(22.625.655) (3.057.100)
Condenações Trabalhistas Provisão/reversão ações trabalhistas Provisão/reversão acões cíveis	18a 18b	(5.224.285) (13.847.192) (8.134.074)	(1.414.520) (2.296.680) 3.473.198	(5.843.738) (17.984.420) (3.355.836)	(1.414.520) (1.057.313) (603.552)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	100	1.450.486 (88.854.139)	1.176.286 (20.194.065)	202.314 (89.627.775)	18.285 (25.682.755)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(189.419.788)	(52.167.509)	(187.948.932)	(60.348.502)
RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO		13.975.674	4.480.244	10.470.029	2.962.549
Receitas financeiras Despesas financeiras		14.022.894 (47.220)	4.497.526 (17.282)	13.338.780 (2.868.751)	3.826.734 (864.185)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	20b	169.375.897	58.159.848	106.242.359	8.976.900
RESULTADO OPERACIONAL		(6.068.218)	10.472.583	(71.236.543)	(48.409.052)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.068.218)	10.472.583	(71.236.543)	(48.409.052)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	(1.468.860)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.537.078)	10.472.583	(71.236.543)	(48.409.052)
Lucro por ação do capital social		-0,0008	0,0011	-0,0070	-0,0024



## **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

	01/01/2023 à 30/09/2023	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.537.078)	10.472.583	(71.236.543)	(48.409.052)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(7.537.078)	10.472.583	(71.236.543)	(48.409.052)



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	56.763.348	31.507.097	(802.975.925)	1.299.857.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.592.621	-	-	7.592.621
Aumento de Capital Por incorporação de créditos	-	-	-	-	
Total dos resultados abrangentes Resultado do exercício	<del>-</del>	-	(1.649.282)	(68.737.631) (71.236.543)	<b>(70.386.913)</b> (71.236.543)
Ajuste avaliação patrimonial Realização da reserva do custo atribuído Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		- - - -	(1.649.282) (2.498.912) 849.630	<b>2.498.912</b> 2.498.912	849.630 - 849.630
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	2.014.563.144	64.355.969	29.857.815	(871.713.556)	1.237.063.373
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.059.666.942	23.459.815	29.308.056	(865.310.312)	1.247.124.502
Adiantamento para futuro aumento de capital		599.909	-	-	599.909
Total dos resultados abrangentes Resultado do exercício			(1.649.282)	(5.038.166) (7.537.078)	(6.687.448)
Ajuste avaliação patrimonial Realização da reserva do custo atribuído Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído			(1.649.282) (2.498.912) 849.630	<b>2.498.912</b> 2.498.912	849.630 - 849.630
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	2.059.666.942	24.059.724	27.658.774	(870.348.478)	1.241.036.962



## **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/09/2023	30/09/2022
Receita de prestação de serviços		95.629.289	97.935.584
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		2.718.601	1.909.619
Outras receitas e despesas (líquidas)		1.450.486	202.314
Provisões trabalhistas e cíveis		(21.981.266)	(21.340.255)
		77.817.110	78.707.261
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(	
Materiais consumidos		(6.539.786)	(6.151.594)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais Perda na realização de ativos		(73.100.272)	(70.677.455)
. 0.44		(79.640.058)	(76.829.049)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(1.822.948)	1.878.212
Depreciação e amortização		(37.977.604)	(38.241.921)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(39.800.553)	(36.363.709)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		169.375.897	106.242.359
Receitas financeiras		14.022.894	13.338.780
		183.398.791	119.581.140
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		143.598.238	83.217.431
DISTRIBUIÇAO DO VALOR ADICIONADO		143.598.238	83.217.431
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		106.663.618	109.567.181
Benefícios		19.803.521	18.459.224
FGTS		8.093.246	8.439.916
		134.560.385	136.466.321
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		14.926.090	13.281.826
Estaduais		20.952	22.138
Municipais		59.275 <b>15.006.318</b>	65.744 13.369.708
Remuneração de capitais de terceiros		15.000.516	13.309.700
Juros		47.220	46.401
Aluguéis		1.521.394	1.749.194
- 9		1.568.613	1.795.595
Juros sobre adiantamento de capital			2.822.350
Lucro líquido do exercício retido		(7.537.078)	(71.236.543)



## **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/09/2023	30/09/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		(7.537.078)	(71.236.543)
Depreciação e Amortização		37.977.604	37.181.125
Baixa de bens do ativo imobilizado		2.094.333	1.092.669
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	-	2.822.350
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	21.981.266	21.340.255
		54.516.125	(8.800.145)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(278.198)	1.009.159
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(5.471.714)	(3.019.176)
Estoques		(1.977.509)	52.729
Tributos e Contribuições a Recuperar		(111.503)	(3.113)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		3.425.044	5.637.875
Demais contas de Ativo		(7.009.664)	(2.864.894)
		(11.423.545)	812.580
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		9.051.825	(2.364.455)
Impostos e taxas a recolher		2.868.919	133.201
Contribuições sociais a recolher		(329.932)	651.877
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		7.677.434	9.252.803
Credores por convênios e depósitos		239.155	265.188
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		16.422	12.625
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(29.111.652)	(10.458.631)
		(9.587.829)	(2.507.392)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		33.504.751	(10.494.957)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(3.924.785)	(5.553.124)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	•	(3.924.785)	(5.553.124)
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	599.909	7.592.621
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	•	599.909	7.592.621
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	30.179.875	(8.455.461)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	· :	126.442.520	138.710.125
Caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício		156.622.395	130.254.664
Daina o oquivalentes de caina ao ilin do exercício		100.022.000	100.204.004

#### EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

## PARA OS PERÍODOS DE 3 E 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais, exceto guando especificado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 e 9 meses findo em 30 de setembro de 2023, de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

#### 2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 29 de Novembro de 2023.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

### a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

#### b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "impairment" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdencia e déficit atuarial (Nota 25) e clasisficação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

#### c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de setembro de 2023 e 2022, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

### d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

### Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

#### Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

#### Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a).

#### Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

## Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

#### f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

#### h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "impairment" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

#### i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas

em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

## j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

#### k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

#### I) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2023	31/12/2022
Caixa	23.350	22.100
Valores em trânsito	987.377	912.963
Aplicações de liquidez imediata	155.611.668	125.507.457
	156.622.395	126.442.520

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa a aplicação em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 12.219.722 (R\$ 11.952.216 em 30/09/2022).

#### 5. CRÉDITOS A RECEBER

	30/09/2023	31/12/2022
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	570.926	570.926
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	2.185.503	1.907.306
(-)Provisão para risco de crédito	(306.307)	(306.307)
	2.450.123	2.171.925

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	(306.307)
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo no final do período	(306.307)

## 6. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

#### 7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

		30/09/2023		31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	1.692.454	-	2.767.538	-
Adiantamento de 13º	3.686.933			
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	177.292	-	105.764	-
Plano de Saúde (b)	60.249	125.128	51.129	148.349
Débitos de empregados	(79.454)	-	10.074	-
	5.537.474	125.128	2.963.351	148.349

### a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 30 de setembro de 2023 a provisão é no montante de R\$ 67.490 (R\$ 67.490 em 31 de dezembro de 2022). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

#### b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 8.249 (R\$ 8.249 em 31/12/2022), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

#### 8. DIREITOS A RECEBER

	30/09/2023_	31/12/2022
Convênio Pessoal Cedido	30.716	17.480
Depósitos e Cauções/Outros devedores	28.187	27.103
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	184.026	169.706

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

#### 9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	30/09/2023	31/12/2022
Material de TUES e Veículos	12.080.747	9.533.719
Material da Via Permanente	1.887.999	2.298.131
Sistemas operacionais	4.378.192	4.627.899
Peças e Acessórios de Equipamentos	93.939	71.805
Materiais de expediente e administrativos	779.650	711.464
Ajuste de Inventário Físico	(864.919)	(864.919)
	18.355.608	16.378.099

#### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	30/09/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Civeis	1.634	2.542
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	52.237.363	54.727.308
Processos Judiciais - Rec. Próprios	62.216	205.232
	52.301.213	54.935.082

### 11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 55.231(R\$ 846.407 em 31/12/2022) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

#### 12. IMOBILIZADO

#### a) Composição do saldo

			30/09/2023		31/12/2022
0	Vida Útil	Custo	Depreciação	Walan Kanda	Waland Kanada
Contas	(anos)	Corrigido	Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	268.683.296	(88.050.633)	180.632.663	180.526.264
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	168.736.742	(80.867.741)	87.869.000	88.669.384
Via permanente	33,33	604.946.676	(163.864.632)	441.082.044	450.282.060
Sistemas operacionais	11,11	328.579.446	(179.240.650)	149.338.796	158.989.064
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	370.594.935	(153.958.020)	216.636.915	223.273.595
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(1.049.148)	629.840	722.742
Equip. processamento de dados	4,55	7.278.507	(5.493.177)	1.785.330	2.294.253
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	62.680.923	(53.698.194)	8.982.729	9.696.093
Instalações	9,09	30.326.497	(16.544.988)	13.781.509	15.420.524
Móveis e utensílios	10	10.678.000	(8.310.663)	2.367.337	2.706.154
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.666.444)	3.419.182	3.629.259
Imobilizado em andamento	· -	8.206.662	-	8.206.662	14.250.730
Almoxarifado de bens imobilizados	-	8.021.385	-	8.021.385	8.021.385
		1.930.407.497	(761.744.289)	1.168.663.207	1.204.391.322

### b) Movimentação do Imobilizado

Móveis e utensílios

TOTAL DEPRECIAÇÃO

IMOBILIZADO LÍQUIDO

Benfeitorias em bens de terceiros

CUSTO	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2023
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	264.341.656	4.341.640	-	-	268.683.296
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	1.702.428	-	-	168.736.742
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	327.882.838	696.608	-	-	328.579.446
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.594.935	-	-	-	370.594.935
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	7.337.094	10.785	(69.372)	-	7.278507
Equip., máquinas e instrumentos	61.548.215	1.133.294	(586)	-	62.680.923
Instalações	30.323.496	3.000	-	-	30.326.497
Móveis e utensílios	10.547.215	130.785	-	-	10.678.000
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	14.259.730	-	(6.044.068)	-	8.206.662
Almoxarifado de bens imobilizados	8.021.385	-	-	-	8.021.385
TOTAL CUSTO	1.928.502.982	8.018.541	(6.114.026)	-	1.930.407.497
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2023
Edificações, estações e depósitos	(83.815.391)	(4.235.241)	-	-	(88.050.633)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(78.364.930)	(2.502.811)	-	-	(80.867.741)
Via permanente	(154.664.616)	(9.200.016)	-	-	(163.864.632)
Sistemas operacionais	(168.893.774)	(10.346.876)	-	-	(179.240.650)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(147.321.340)	(6.636.679)	-	-	(153.958.020)
Veículos rodoviários	(956.246)	(92.902)	-	-	(1.049.148)
Equip. processamento de dados	(5.042.840)	(519,709)	69.372	-	(5.493.177)
Equip., máquinas e instrumentos	(51.852.122)	(1.846,658)	586	-	(53.698.194)
Instalações	(14.902.973)	(1.642.016)	-	-	(16.544.988)

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

(496.602)

(210.077)

69.958

(6.044.068)

(37.702.587)

(29.684.046)

(8.310.663)

(10.666.444)

(761.744.289)

1.168.663.207

(7.841.061)

(10.456.367)

(724.111.661)

1.204.391.322

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva,

gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período 9 meses findo em 30 de setembro de 2023 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 2.498.912 referente a depreciação e no valor de R\$ 849.630 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 27.658.774 (R\$ 29.308.056 em 31/12/2022) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 14.248.577 (R\$ 15.098.207 em 31/12/2022).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e, conforme laudo de avaliação emitido por estes em 19 de janeiro de 2023, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment").

	2022
Ativos Imobilizados	1.204.391.322
Ativos Intangíveis	2.232.493
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.206.646.510
Valor Justo (*)	1.252.895.368
Redução ao Valor recuperável	-

- (\*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.
- e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 194.697.914 em 30 de setembro de 2023.

#### 13. INTANGÍVEL

- a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.
- **b)** Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
- c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.
- d) Composição do Intangível

				30/09/2023	31/12/2022
Contas	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.463.949	(11.882.740)	581.209	856.693
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
•	_	13.870.622	(11.913.611)	1.957.009	2.232.493

## e) Movimentação do Intangível

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2023
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	13.107.233	-	(643.284)		12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	14.513.905	-	(643.284)	-	13.870.621
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2023
Marcas e Patentes	<b>31/12/2022</b> (4.872)	Adições -	Baixas -	Transferências -	<b>30/09/2023</b> (4.872)
Marcas e Patentes Softwares		Adições - (275.017)	<b>Baixas</b> - 642.817	Transferências - -	
	(4.872)	-	-	Transferências - - -	(4.872)
Softwares	(4.872) (12.250.540)	-	-	- - -	(4.872) (11.882.740)

## 14. FORNECEDORES

	30/09/2023	31/12/2022
Aquisições Trens	2.085.097	14.360
Sist. de energia e comun.	-	286.996
Prestação de serviços	6.077.065	209.996
Energia Elétrica	2.489.971	2.283.599
Gastos gerais	4.877.975	3.638.333
	15 530 109	6 478 284

## 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

		30/09/2023		31/12/2022
		Não		Não
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Férias e Encargos	21.707.221	_	13.958.333	-
Promoção por Antiguidade a Pagar	4.517.858		4.517.858	-
Outras Obrigações Trabalhistas	17.482	-	88.936	-
	26.242.561	-	18.565.127	-

#### 16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES.

	30/09/2023	31/12/2022
Credores p/ Venda Créditos	1.700.381	1.440.424
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	288.256	343.818
Adiantamento Clientes Comerciais	6.195	17.148
	1.994.832	1.801.390

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

#### 17. CREDORES POR CONVÊNIO

	30/09/2023	31/12/2022
Convênios SESI/SENAI	131.604	105.131
Assistência Saúde	637.739	618.499
Credores Diversos	424.552	2.060
	1.193.895	725.690

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

## a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30 de setembro de 2023, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 99.186.182 para ações de empregados e de R\$ 961.297 para ações de empregados de empresas terceirizadas. A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	30/09/2023	31/12/2022
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do período	96.547.870	94.686.124
(+/-) Provisão/ Reversão	9.770.407	15.225.684
( - ) Pagamentos	(6.170.797)	(13.363.938)
Saldo no final do periodo	100.147.480	96.547.870

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/09/2023 compõe-se de R\$ 17.682.280 (R\$ 15.214.402 em 31/12/2022).

#### b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 9 meses findo em 30/09/2023 e no exercício findo em 31/12/2022 está composta como segue:

	30/09/2023	31/12/2022
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do período	21.471.164	17.194.283
(+/-) Provisões/ Reversões	8.135.006	7.283.474
( - ) Pagamentos	(22.940.855)	(3.006.593)
Saldo no final do período	6.665.315	21.471.164

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/09/2023 é de R\$ 49.338.183p (R\$ 25.106.878 em 31/12/2022). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

#### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em		30/09/2023		31/12/2022
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	9.874.758.896	99,9144	9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662	6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194	1.915.337	0,0194
Total	9.883.218.182	100,0000	9.883.218.182	100,0000

#### b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 870.348.478 (R\$ 865.310.312 em 31/12/2022).

## 20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

## a) Adiantamento para futuro aumento de capital

#### Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 24.059.724, classificados no Patrimônio Líquido.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 — Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Partrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

#### b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 9 meses findo em 30/09/2023 foi de R\$ 169.375.897 (R\$ 106.242.359 em 30/09/2022) composto a seguir:

Subvenção	30/09/2023	30/09/2022
Pessoal	101.840.171	74.942.216
Sentença	34.933.205	10.344.945
Custeio	32.602.521	20.955.198
	169.375.897	106.242.359

#### c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, o montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2023, conforme a PLOA, é de R\$ 307.810.054. Deste valor, R\$ 161.385.889 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 146.424.165 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada, anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2023	Recursos Próprios Fonte 105	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	195.310.054	71.385.889	123.924.165
Sentença	22.500.000	-	22.500.000
Custeio	88.000.000	88.000.000	-
Investimento	2.000.000	2.000.000	
	307.810.054	161.385.889	146.424.165

## 21. RECEITA LÍQUIDA

	01/01/2023 à 30/09/2023	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022
RECEITA BRUTA				
Serviço de transporte metroviário	95.629.289	33.202.746	97.935.584	35.654.435
Aluguéis, arrendamentos e concessões	2.718.601	988.864	1.909.619	696.216
	98.347.891	34.191.610	99.845.203	36.350.651
Tributos sobre a receita bruta	(251.471)	(91.470)	(176.640)	(64.400)
	(251.471)	(91.470)	(176.640)	(64.400)
RECEITA LÍQUIDA	98.096.419	34.100.140	99.668.563	36.286.251

## 22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/01/2023 à 30/09/2023	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022
Pessoal e Encargos	96.193.727	31.987.717	97.032.571	35.999.023
Serviços de Terceiros	38.312.128	12.109.664	34.160.539	13.273.865
Consumo de Materiais	4.356.962	1.736.852	3.579.261	1.180.096
Energia de Tração	18.784.456	6.443.195	20.361.013	6.380.392
Serviços de Utilidade Pública	4.377.836	1.558.834	6.131.830	1.769.382
Depreciação	36.567.490	12.222.660	36.627.812	12.318.368
Outros Custos	69.468	14.658.76	96.713	30.872
	198.662.068	66.073.584	197.989.739	70.951.998

## 23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01/2023 à 30/09/2023	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022
Pessoal e Encargos	45.485.904	15.243.431	45.768.308	16.233.470
Serviços de Terceiros	9.754.635	2.934.577	7.919.923	3.452.986
Consumo de Materiais	2.182.824	1.038.339	2.572.333	1.019.866
Serviços de Utilidade Pública	779.969	250.397	1.261.351	378.990
Depreciação/ Amortização	1.410.114	470.695	1.614.109	443.644
Outras Despesas	3.485.627	1.194.907	3.510.052	1.096.699
	63.099.073	21.132.348	62.646.076	22.625.655

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contrbuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(6.068.217)	(71.236.543)	(18.009.661)	(71.236.543)
Adições / (Exclusões) permanentes Adições / (Exclusões) temporárias	3.409.856 (12.543.724)	3.379.902 5.812.681	3.409.856 (12.543.724)	3.379.902 5.812.681
Lucro Real	(15.202.085)	(62.043.960)	(15.202.085)	(62.043.960)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	-	-	-
Alíquota - 9% Alíquota - 10%	-	<u>-</u>	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto		•		-

- (-) PAT Programa de alimentação do trabalhador
- (-) Doações e incentivos (-) Imposto Retido
- Total Imposto a pagar

Valor do imposto pago no ano calendário

1.071.442 - 397.417

#### 25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

#### a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

#### b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2023	2022
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

#### c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2022
Patrimônio - <b>P</b>	87.314.914
Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)	94.438.325
Benefícios Concedidos - A	38.607.118
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	2.046.629
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	36.560.489
Benefícios a Conceder – <b>B</b>	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	-
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(1.458.973)
Patrocinadora - C1	-
Participante - C2	-

Assistidos - C3	(1.458.973)
Total das Provisões - <b>D</b> = A + B + C	94.438.325
Fundos – E	2.556.531
Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D	(7.123.411)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(7.123.411)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 7,24% no ano, isso corresponde a 70% da meta atuarial de 2022 (INPC + 4,10%) que foi de 10,27%, portanto, o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A "duration" do plano foi de 7,72 anos no encerramento de 2022.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2022, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 7.123.411. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.305.4956, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringese aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 2.908.958 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 35 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

Déficit 2013/2014 em equacionamento Déficit 2021/2022 a equacionar

	2022
	Não
Circulante	Circulante
477.513	915.233
-	2.908.958
477.513	3.824.191

#### d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

#### 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Risco.

#### a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

#### c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$194.697.914.

#### d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

#### 27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no período findo em setembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Pagos até 30/09/2023	Valores Pagos até 30/09/2022
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.10/2020	1.750.000	16.500	-
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.34/20-2	30.000	6.956	1.988
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-
Total		2.018.000	23.456	1.988

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	<u>Valores</u> <u>pagos até</u> <u>30/09/2023</u>	<u>Valores</u> <u>pagos até</u> <u>30/09/2022</u>
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Conselheira Independente	36.316	23.940
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	37.923	37.465
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	15.959	23.940
Fernando Machado Diniz	Ministério da Economia	15.959	-
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	-	15.95
Danielle Santos de Souza Calazans	Ministério da Economia	-	5.856
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	27.736	23.940

#### 29. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

A Administração da Companhia verificou que o ano de 2021 se caracterizou como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia da COVID19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas bem como a suspensão das atividades educacionais trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas previsões de superação.

## 30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	33.225	27.571	29.657
Empregados	42.031	2.478	10.063

#### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

## Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Companhia avaliou juntamente com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 04 de Novembro de 2023.

**FERNANDO STEPHAN MARRONI** 

Diretor Presidente

**VANESSA FRAGA DA ROCHA** 

Diretora de Administração e Finanças

**JAIR BERNARDO CORREA** 

Gerente de Orçamento e Finanças

ANA ROBERTA WOLLENHAUPT NUNES

Setor de Contabilidade e Patrimônio Contadora CRC/RS 086.814